

Editorial

O presente sempre se renova como desafio. Entre a memória que nos ancora e as expectativas que nos projetam, o tempo presente se revela como campo de tensões, incertezas e possibilidades. O Direito, imerso nesse movimento, não apenas reage às mudanças sociais, mas também as produz. Esta edição da *Revista da Faculdade Mineira de Direito*, a primeira de ano 2025, oferece a leitores e leitoras reflexões que, cada uma a seu modo, enfrentam a complexidade do nosso tempo, desvelando dilemas e apontando alternativas.

O artigo “Estudo de decisões judiciais: critérios objetivos para definição da capacidade civil nas decisões de esterilização em mulheres com deficiência intelectual”, de Ana Beatriz de Mendonça Barroso e Eduardo Rocha Dias, examina criticamente a ausência de parâmetros claros nas decisões judiciais sobre esterilização compulsória, revelando a fragilidade dos fundamentos que sustentam a restrição de direitos fundamentais.

Em “Presunção de inocência e soberania dos veredictos: um debate sobre a repercussão geral do Tema 1068 do STF”, Fernando Augusto Risso, Lucas Paulo Fernandes e Paulo Cesar Corrêa Borges analisam a tensão entre dois princípios constitucionais – a soberania dos veredictos e a presunção de inocência –, demonstrando que não há contradição normativa que autorize a execução antecipada da pena no Tribunal do Júri.

O trabalho “Impactos do garimpo ilegal no território da tribo Yanomami na perspectiva da necropolítica”, de Fernanda Analú Marcolla, Sabrina Lehnen Stoll e Maiquel Ângelo Dezordi Wermuth, evidencia como a omissão estatal diante do garimpo ilegal opera como forma de necropolítica, ao permitir a destruição das condições de existência da comunidade Yanomami.

Já Raul Lemos Maia, Victor Hugo Gonçalves Gimenez e Edilson Vitorelli, em “As fintechs enquanto instrumento de fomento ao agronegócio brasileiro: segurança jurídica e desburocratização”, destacam o papel das tecnologias financeiras na democratização do crédito rural, demonstrando como inovação e segurança jurídica podem impulsionar o setor agrícola.

No artigo “Museu Ambiental Itinerante: um projeto do Batalhão de Polícia Militar Ambiental do Distrito Federal”, Grace Ladeira Garbaccio, Florent Pratlong (autor francês) e Gisele da Mata Santos apresentam uma experiência singular de educação ambiental, que alia sustentabilidade, conscientização social e atuação policial na preservação do bioma cerrado.

Redigida em idioma estrangeiro, a pesquisa de Luca Bussotti, intitulada “As consequências do Tratado de Paz de Paris na lei italiana da cidadania”, reconstrói o processo de transição jurídica após a Segunda Guerra Mundial, mostrando como a legislação italiana de

cidadania permaneceu atrelada a antigas normas, mesmo diante das transformações políticas e sociais do período.

O estudo “A cooperação processual e o Código de Processo Civil de 2015”, de Carlos André Maciel Pinheiro Pereira, analisa o princípio da cooperação como expressão da democratização do processo civil, ressaltando sua vinculação com os direitos fundamentais e sua importância para a legitimação das decisões judiciais.

No artigo “A utilização de imóveis públicos em descumprimento de sua função social: uma solução para políticas públicas habitacionais”, Arthur Votto Cruz e Ricardo Hermany discutem a destinação de imóveis públicos subutilizados como alternativa concreta para a redução do déficit habitacional e efetivação do direito à moradia.

Rafael Barros Bernardes da Silveira, em “Considerações sobre o conteúdo da elementar típica ‘vantagem indevida’ nos delitos de corrupção (ativa e passiva) e no ilícito previsto no art. 5º, inciso I, da Lei Anticorrupção brasileira”, enfrenta a dificuldade de delimitar juridicamente o conceito de vantagem indevida, propondo critérios mais claros para sua interpretação.

Em “A regra de disclosure no processo penal e sua relevância para a prova digital”, Jamilla Monteiro Sarkis e Nereu José Giacomolli refletem sobre a importância da disclosure como garantia do contraditório, especialmente no tratamento das provas digitais, cuja complexidade técnica exige transparência e acesso efetivo pela defesa.

Por fim, Luziane de Figueiredo Simão Leal e Brychtn Ribeiro de Vasconcelos, em “Da espiral do silêncio à barbárie digital: os desafios jurídicos da liberdade de expressão frente à imunidade das plataformas e à intermediação privada de direitos fundamentais no Brasil”, exploram as tensões entre liberdade de expressão, imunidade das plataformas e regulação digital, defendendo a necessidade de um marco normativo que preserve direitos fundamentais sem sufocar o debate público.

Este conjunto de reflexões revela a pluralidade do Direito enquanto prática e pensamento. A presente edição da *Revista da Faculdade Mineira de Direito*, sempre atenta à exogenia regional e de gênero, além das metas de internacionalização, é um convite ao reconhecimento dos paradoxos do presente e ao pensamento de alternativas para o futuro, reafirmando seu compromisso com a produção crítica e responsável do conhecimento jurídico.

Flaviane de Magalhães Barros Bolzan de Moraes

Editora da Revista da Faculdade Mineira de Direito